Relevância do Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório e Consequências de sua Renunciabilidade

Autor(res)

Catarina Ribeiro Franco
Esther Mota Jorge

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE OSASCO

Resumo

Este breve artigo explanará a respeito de um primordial princípio processual, que é requisito para a existência do processo jurisdicional, o Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório. Ao decorrer da pesquisa o conceituaremos conforme entendimento doutrinário, destacaremos a relevância de sua aplicabilidade, e as consequências nocivas que a renunciabilidade deste princípio pode originar no processo.
O Direito Processual é uma disciplina independente e dotada de autonomia, com matérias próprias que devem ser observadas pelos juristas e operadores do direito para exercer suas funções.
Uma matéria de extrema relevância dessa disciplina, são os princípios processuais, que norteiam aspectos que devem ser observados a partir do momento da provocação do Poder Judiciário pelo autor através de ação judicial. Sendo estes como, o devido processo legal, Princípio da Imparcialidade do Juiz, Inafastabilidade da Jurisdição, Isonomia, Publicidade dos atos processuais, Duração Razoável do Processo, dentre outros.
Entretanto, este artigo visa definir o Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório, demonstrando sua importância e motivos pelo qual ele não poderá deixar de ser observado. Como metodologia de pesquisa, utilizou doutrinas, embasamento legal, site jurídico e referência cinematográfica com o tema que aborda o assunto.